

Estruturas de financiamento do ensino superior nos países do G7: uma revisão sistemática da literatura

Funding structures of higher education in G7 countries: a systematic literature review

Carla Andréa Mendonça de Albuquerque | <https://orcid.org/0000-0001-6934-8863>

Maria Silene Alexandre Leite | <https://orcid.org/0000-0003-3660-2903>

Antonio Cezar Bornia | <https://orcid.org/0000-0003-3468-7536>

Matheus Soares Brum de Mello | <https://orcid.org/0000-0003-4700-1097>

RESUMO

O financiamento da educação superior é um desafio global que afeta a expansão, qualidade e equidade do ensino, envolvendo complexidades como autonomia institucional, fontes de recursos, distribuição de fundos e avaliação institucional. Os países enfrentam desafios diversos devido às suas estruturas educacionais e metas governamentais. Compreender as fontes de financiamento é essencial para entender as políticas governamentais. Embora existam pesquisas sobre modelos de financiamento, poucos estudos abordam as perspectivas das universidades. Este artigo visa debater o financiamento da educação superior nos países do G7 por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura, considerando os desafios atuais nos sistemas educacionais. Foi realizado um levantamento do estado da arte usando o método de revisão sistemática, garantindo maior confiabilidade e reprodutibilidade. Como resultados, identificamos que alguns países apresentam mais de um mecanismo para financiar as universidades; por exemplo, os EUA combinam subsídios de mensalidades com apoio estatal. O Canadá utiliza financiamento incremental e mensalidades estudantis. Na Inglaterra, o sistema educacional é focado na vocação do aluno, enquanto no Brasil, o foco maior é na profissionalização. As intenções de financiamento por fórmulas coincidem, mas os gastos com ensino superior divergem, sendo menores que 1% do PIB na Inglaterra. Os resultados mostram que, apesar de agrupamentos por características semelhantes, o ensino superior em cada país possui especificidades, exigindo análises cuidadosas das estruturas de financiamento, considerando a unicidade de cada sistema.

Palavras-chave: ensino superior; financiamento; G7; sistema educacional; mensalidade.

ABSTRACT

The financing of higher education is a global challenge that affects the expansion, quality, and equity of education, involving complexities such as institutional autonomy, funding sources, fund distribution, and institutional assessment. Countries face diverse challenges due to their educational structures and governmental goals. Understanding funding sources is essential to comprehend governmental policies. Although there is research on financing models, few studies address the perspectives of universities. This article aims to discuss the financing of higher education in G7 countries through a Systematic Literature Review, considering current challenges in educational systems. A state-of-the-art survey was conducted using the systematic review method, ensuring greater reliability and reproducibility. Some countries have more than one mechanism to finance universities; for example, the USA combines tuition subsidies with state support. Canada utilizes incremental funding and student tuition fees. In England, the educational system is focused on the student's vocation, while in Brazil, the main focus is on professionalization. Financing intentions by formulas coincide, but higher education expenditures differ, being less than 1% of GDP in England. The results show that, despite some countries being grouped by similar characteristics, higher education in each country has its specificities, requiring careful analysis of financing structures, considering the uniqueness of each system.

Keywords: higher education; funding; G7; educational system; tuition fees.

Recebido em: 16/06/2024. Aprovado em: 30/05/2025.

Avaliado pelo sistema duplo-anônimo. Publicado conforme as normas da ABNT.

DOI: <https://doi.org/10.35700/2316-8382.2025.v15.3752>

1 INTRODUÇÃO

A educação superior se apresenta não só como um dos fatores que mais contribuem para o desenvolvimento social das nações, mas como um dos mais importantes setores da economia mundial. Em relação ao Brasil, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2020, houve uma queda de cerca de 7% no número de matrículas no ensino superior privado no Brasil em comparação com o ano anterior, enquanto o ensino superior público teve um aumento de cerca de 2% no mesmo período. As instituições privadas de ensino superior caracterizam-se por apresentar pequeno e médio porte, diversidade e variedade de perfis institucionais, podendo funcionar como universidades, faculdades, escolas profissionalizantes especializadas, centros universitários, entre outros (Colombo; Rodrigues, 2011). Sistemas de educação superior em todo o mundo enfrentam o desafio no que diz respeito à expansão, oferta da qualidade e acesso equitativo para todos os grupos sociais que dependem de um desenho bem elaborado de políticas de financiamento e assistência, especialmente focalizadas naqueles que mais precisam. Os mecanismos de financiamento afetam especialmente as chances de os estudantes mais pobres acessarem os cursos e instituições mais valorizados pela sociedade. Em cenário de retração dos recursos públicos e de desaceleração das matrículas no ensino superior, é fundamental discutir essas políticas e como elas impactam na democratização das oportunidades educacionais (Vieira *et al.*, 2017).

Segundo Miller e Warren (2011), o financiamento da educação superior representa um desafio complexo, pois está relacionado à autonomia institucional, à definição das fontes de recursos, aos critérios de distribuição de recursos entre as instituições, à avaliação institucional e aos indicadores utilizados para comparações internacionais. Em decorrência dessa heterogeneidade, o financiamento do ensino superior varia entre os países, seguindo tendências e desafios globais. Em muitos países, a insatisfação com a utilização ineficiente dos recursos é crescente, já que muitos governos exigem uma boa relação custo-benefício no uso de recursos públicos escassos. Por consequência, a responsabilidade tem sido imposta em muitas reformas educacionais.

As diferenças na estrutura dos sistemas educacionais dos países frequentemente tornam as comparações internacionais difíceis. Elaborar uma visão geral de cada sistema educacional se faz necessário para melhorar a comparabilidade dos indicadores de educação entre os países (Miller; Warren, 2011). Ao analisar vários modelos de financiamento, Gadrichize (2022) destaca o impacto no mercado de ensino superior para estimular o crescimento e melhorar o acesso, abordando assim questões de equidade e igualdade nas oportunidades educacionais. Para examinar as razões das alternativas de financiamento, é necessário compreender as fontes de financiamento e os caminhos pelos quais as fontes chegam aos institutos financiados, posto que, a análise desses mecanismos de financiamento podem fornecer uma base para compreender a atitude do governo em relação ao ensino superior e sua meta para ele. Muitos pesquisadores, especialmente os educadores e economistas, têm discutido e promovido debates sobre os modelos de financiamento do ensino superior, porém existem poucas pesquisas sobre as opiniões e características das partes interessadas do lado da oferta (universidades) e do lado da demanda (estudantes) (Cheung, 2003). Embora se reconheça a importância de pesquisas para a compreensão das especificidades adquiridas pelas políticas educacionais em cada contexto, considerando a dimensão continental dos países e a

diversidade regional, é importante informar a necessidade de investigações que tomem o objeto em sua macro dimensão e produzam análises sobre a política de financiamento de forma mais ampla (Cruz; Jacomini, 2017). Diante do exposto, este artigo se propõe a debater o financiamento da educação, problematizando os modelos utilizados nos países que participam do G7, por meio de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a fim de dar continuidade às recentes contribuições do tema com os dilemas contemporâneos decorrentes das crises nos sistemas e modelos educacionais.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta RSL, adotaram-se as etapas propostas por Tranfield; Denyer e Smart (2003) que consistem em: planejamento da revisão, condução da revisão e reportando e disseminando a revisão, que serão descritos a seguir. A pesquisa se dividiu em documental e bibliográfica. Para Kripka, Schellere Bonotto (2015), a pesquisa documental não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica, posto que, se diferenciam pela fonte de dados. No caso da pesquisa documental, denominam-se de fontes primárias, por não receberem nenhum tratamento analítico, como relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias, reportagens, cartas, diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. No segundo caso, as fontes são secundárias, ou seja, abrange toda bibliografia já publicada. Foram utilizados regulamentos do Tribunal de Contas da União, relatórios de gestão e de atividades das instituições de ensino objeto de estudo e informações retiradas dos sites oficiais do governo dos referidos países. Nesta etapa realizou-se uma análise das palavras-chaves utilizadas por autores para entender como o tema está sendo abordado, para que assim os critérios de busca escolhidos se tornem mais assertivos. O protocolo da revisão foi definido em 6 etapas, são elas: definição da base de dados da pesquisa; determinação do algoritmo de busca; filtrar a busca por critérios pré-selecionados; sistematização da revisão em planilha; identificação dos indicadores bibliométricos de cada artigo; e sistematização de gráficos para apresentar os resultados.

Nesta etapa foram conduzidas as buscas na base de dados e seleção dos estudos. As bases de dados escolhida foram Web of Science e Scopus, escolhidas por serem uma das mais abrangentes bases de dados internacionais (Almeida, 2019). Para a busca, foram realizados testes de aderência das *strings* de busca nas bases de dados. As *strings* de busca combinaram termos como "*higher education*" ou "*university*" com "*tuition*," "*funding*," ou "*cost*" e foram aplicadas a sete países (EUA, Canadá, Japão, França, Itália, Alemanha e Reino Unido) com publicações a partir de 2010. A Scopus retornou 82 documentos, enquanto Web of Science identificou 37. Dessa forma, após a leitura de títulos e resumos utilizou-se o critério de alinhamento com o tema para exclusão de trabalhos que não atendiam a essas questões. Após a realização das buscas de acordo com os termos escolhidos e aplicação dos filtros, o resultado foi de 37 estudos. Esses, foram contemplados por mais 15 trabalhos da pesquisa exploratória e 7 relatórios oriundos da pesquisa documental. Totalizando um portfólio de 59 trabalhos no escopo desta pesquisa. Esta amostra foi extraída das bases para o *software* Mendeley, conduzida ao Excel para construção e visualização de redes bibliométricas para síntese do portfólio e visualização de mapas bibliométricos. Como proposto por Tranfield, Denyer e Smart (2003), a terceira etapa consiste na compreensão e respostas às questões da pesquisa para disseminar os resultados por meio de relatório

contendo as principais informações para divulgação do conteúdo, colocando assim as evidências em prática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de conteúdo será apresentada de acordo com os seguintes temas: Sistema educacional; Gastos com ensino superior; Custo do ensino superior para estudantes e Estrutura de financiamento dos sete países em estudo. Por fim, todas essas informações serão resumidas e agrupadas de acordo com a semelhança de suas características.

3.1 Sistema educacional

As diferenças dentro dos sistemas educacionais dos países existem devido às responsabilidades e a supervisão para a educação acontecerem a nível regional ou local. Sendo assim, para se ter uma visão dos sistemas educacionais dos países, se faz necessário analisar cada país desde o pré-primário ao nível de doutorado (Miller; Warren, 2011). A lei da educação escolar no Japão define quatro tipos de instituições de nível superior: as Universidades, as Faculdades Juniores, as Faculdades de Tecnologia e as Faculdades de Formação Especializada (Mext, 2019; Stephens; Warren; Harner, 2015). Nos Estados Unidos e na Inglaterra, os alunos assistem a uma “aula de recepção” na escola primária dentro da fase de formação. No País de Gales, a escola primária é a continuação da fase de fundação e estágio-chave 2, já na Irlanda do Norte, estes são o estágio de fundação, estágio principal 1 e estágio-chave 2, conforme Figura 1 (Stephens; Warren; Harner, 2015).

Figura 1 — Sistema educacional pré-primário e primário dos países do G7

	PRE PRIMARY	PRIMARY
JAPAN	Yochien, Haikusha, Ninteikodomoen	Shagakkou
EUA	Nursey school, prekindergarten kindergarten	Elementary school, grade school
IK	Foundation stage, nursey school, reception class, day nursey	Key stages 1 and 2, infant school, junior school
ITALY	Scuola dell'infanzia	Scuola primaria
CANADA	Preschoo, pre-elementary, kindergarten	Elementary school
FRANCE	École maternelle	École élémentaire
GERMANY	Kindergarten	Grundschule

Fonte: Stephens, Warren e Harner (2015).

O tempo de escolaridade do nível primário é de seis anos na maioria os países do G7, com exceção da França e Itália que oferecem um sistema de 5 anos e Alemanha 4 anos para esse nível de escolaridade (Baidak; Sicurella; Matti Riihelainen, 2020; Snyder, 2019; Stephens; Warren; Harner, 2015). No Canadá, os programas pré-elementares de um ano estão disponíveis para crianças canadenses em todas as províncias. Em algumas províncias, um adicional de 1 ou 2 anos de programas

pré-elementares são oferecidos. A escola primária pode começar aos 6 ou 7 anos de idade no Canadá, dependendo da jurisdição.

Os primeiros 6 anos de escolaridade formal são considerados escola primária, embora em algumas jurisdições a escola primária possa durar até 8 anos (Council, 2007). O atual sistema educacional japonês está organizado segundo o modelo de via única (*single-track system*) conhecido como 6-3-3-4, que consiste em: seis anos de educação primária (*shogakko*); três anos de educação secundária inferior, correspondente ao ginásio ou aos anos finais do ensino fundamental no Brasil (*chugakko*); três anos de educação secundária superior – ensino médio (*koto-gakko*); e quatro anos de ensino superior – universidade ou dois a três anos nos cursos de curta duração em outras instituições (Mext, 2019). A Figura 2 mostra o nível de escolaridade secundário e terciário de ensino dos países em estudo.

Figura 2 — Sistema educacional secundário e terciário dos países do G7

	LOWER SECONDARY					UPPER SECONDARY				TERTIARY	
JAPAN	Chugakko					Chutoukyai- kugakko		Koutougakko		Koutouen mongakko	Universitá
EUA	Middle school, junior high school					High school, senior high school				Community college, college, university	
UK	Key stages 3, secondary school, post primary (NI), grammar school		Key stages 4, sixth form, post primary (NI), grammar school			School sixth form, sixth form	Further education (FE) college			Higher education institution, college, university	
ITALY	Scuola secondaria di secondo grado					Scuola secondaria di secondo grado	Fine arts	Vocational	Technical	Academic	Accademia, scuola diretta a fini speciali, universitá
CANADA	Middle school, intermediate school, junior high school, secondary school					High school, senior high school, secondary school				College, regional college, universitá	
FRANCE	Collège					Vocational	Technological		Academic	IUT, STS, Université	
GERMANY	General	Severak courses of education	Enhanced general	Integrated	Academic	Prevocational	Vocational	Full time vocational	Academic	Berufskademi Fachhochschule, Université	

Fonte: Stephens, Warren e Harner (2015).

Nos Estados Unidos os 3 anos de escolaridade seguintes à escola primária é classificada como secundária inferior, em que os alunos podem frequentar de 2 ou 3 anos ou escolas de ensino médio. Alguns alunos frequentam a combinação júnior-sênior no ensino médio. Os Estados Unidos incluem programas de nível terciário que se enquadram em três categorias principais (Snyder, 2019): O Ensino superior acadêmico abaixo do nível de doutorado que tem como objetivo fornecer qualificações suficientes para obter o ingresso em programas de pesquisa avançada e profissões com altos requisitos de qualificação; Ensino superior profissionalizante, o qual oferecem um nível superior de carreira e educação técnica além do ensino médio e têm como objetivo preparar os alunos para o mercado de

trabalho; Nível de doutorado do ensino superior acadêmico. Esses programas geralmente exigem a conclusão de uma tese ou dissertação de pesquisa.

Na Inglaterra, a maioria das escolas secundárias combina o ensino médio inferior e superior, atendendo a alunos de 11 a 15 anos (graduação aos 16) ou 17 anos (graduação aos 18). Na fase pós-secundária superior obrigatória, os alunos candidatam-se a um programa específico em uma escola secundária, onde a admissão aos programas de ensino superior é feita com base nas notas nos níveis A (ou qualificações equivalentes) e matérias, notas no GCSE (*General Certificate of Secondary Education*), juntamente com uma declaração pessoal e uma referência confidencial (Baidak; Sicurella; Matti Riihelainen, 2020).

Na Itália todo aluno que completa 5 anos do ensino médio e obtém um diploma *di superamento dell'esame di stato* pode frequentar a universidade e outras formas de ensino superior. Os alunos são acompanhados em escolas acadêmicas, técnicas e vocacionais, onde podem frequentar escolas de arte especializadas, como *istituti d'arte e liceo* artístico no nível secundário superior. Os alunos que frequentam escolas vocacionais podem frequentar programas de treinamento ou aprendizagem de 3 ou 5 anos em campos aplicados, após os quais frequentemente entram no mercado de trabalho. As universidades são baseadas em dois ciclos principais (o grau de fundação de 3 anos, seguido por um grau de especialização de 2 anos), com opções de grau de terceiro ciclo (*dottorato di ricerca, diploma di specializzazione*) que são semelhantes a um doutorado nos Estados Unidos (Baidak; Sicurella; Matti Riihelainen, 2020; Marlow, 2002).

No Canadá os alunos podem frequentar escolas secundárias ou escolas secundárias de 2 ou 3 anos, ou podem ir diretamente para uma escola secundária que inclua o ensino secundário inferior e superior. Os últimos 3 anos de escolaridade antes de receber o diploma do ensino médio são classificados como ensino médio no Canadá, onde as escolas de segundo grau podem ter até 4 anos de duração, e muitos alunos frequentam escolas secundárias que incluem programas do ensino médio (Stephens; Warren; Harner, 2015; Council, 2007). O Canadá e a Itália apresentam o mesmo tempo de escolaridade nos níveis secundários, porém no caso do Canadá o nível secundário se inicia aos 12 anos, já na Itália para esse mesmo nível o aluno inicia seus estudos aos 11 anos, assim como na França (Baidak; Sicurella; Matti Riihelainen, 2020; Council, 2007).

Nas universidades francesas, há dois percursos diferentes de ensino superior: A "formação inicial" e a "formação continuada". Na inicial, que em geral dura cinco anos, estão a licence (graduação), com três anos, e o master (mestrado acadêmico ou profissional), com dois anos, que pode seguir para o doutorado acadêmico, com duração de mais três anos. A Alemanha contrasta com os outros países por ter um sistema de educação superior em um formato um pouco diferente. Essa diferença ocorre devido a existência de escolas de nível superior que conferem diplomas por estudos prolongados (*Diplom e Magister Artium*) – que são cursos equivalentes ao bacharelado mais o mestrado em outros países (e que praticamente substituíram estas titulações por muitos anos), assim como ao prestígio conferido às escolas que associam as qualificações acadêmicas às práticas, integrando o aluno ao mercado de trabalho (Bildungsberichterstattung, 2016; Stephens; Warren; Harner, 2015).

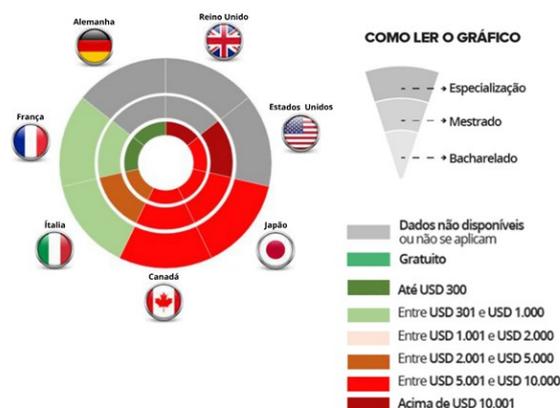
3.2 Gastos com o ensino superior

O financiamento da educação pelo governo auxilia universidades públicas, mas, em alguns casos, uma parte do orçamento público pode ser gasta com instituições privadas. Na Itália, Japão, Estados Unidos e Reino Unido o investimento público representa menos de 1,0% do PIB, enquanto a Alemanha, França e Canadá destinam aproximadamente 1,2% de seu PIB para direcionar os gastos públicos em universidades. Reino Unido, Canadá e os Estados Unidos apresentaram o maior investimento privado com 1,5%, 1,1% e 1,6% respectivamente (OECD, 2021). Os gastos anuais por aluno variam entre países e por nível de educação assim como também podem variar dentro dos países, principalmente onde uma parte dos gastos com educação é fornecida por governos locais (OECD, 2021). De acordo com Snyder (2019), juntamente com o aumento dos gastos públicos, houve um aumento do custo de mensalidades e taxas, embora a taxa de aumento tenha sido drasticamente diferente.

3.3 Custo do ensino superior para estudantes

Os preços das mensalidades representam o custo de frequentar uma instituição antes da aplicação de várias bolsas de estudo e auxílio. Segundo o OECD (2021), deve-se desembolsar de USD 5.001 a USD 10.000 para estudar no ensino superior (bacharelado, mestrado e especialização) do Canadá e do Japão (Mizuta, 2008). A maior parte do orçamento das universidades do Japão vem das mensalidades, no caso das universidades públicas, a composição dessas mensalidades é majoritariamente determinada pela menor participação na composição das receitas das estatais, em relação às verbas do governo (Vonbun; Mendonça, 2012). Esta constatação corrobora com o estudo de Ouchi (2015) no que diz respeito a privatização do ensino superior e a necessidade de que os pais dos alunos paguem elevadas mensalidades e recorram a empréstimos estudantis. O bacharelado nos Estados Unidos custa o mesmo valor (de USD 5.001 a USD 10.000) que no Japão e Canadá, já o mestrado custa acima de USD 10.001. As principais universidades nos Estados Unidos são particulares e, por isso, as anuidades estão entre as mais caras do mundo mesmo para as universidades públicas (Ma *et al.*, 2017). Para ser bacharel no Reino Unido os estudantes precisam custear um valor acima de USD 10.001 também, como mostra a Figura 3.

Figura 3 — Médias de mensalidades anuais por nível de escolaridade



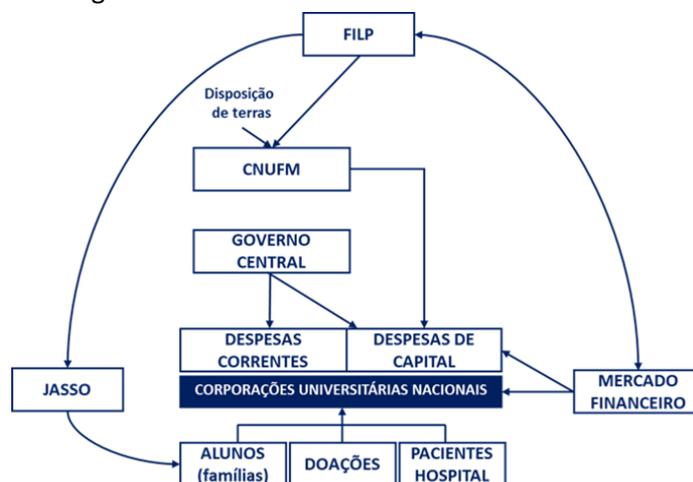
Fonte: OECD (2021).

A Alemanha e a França oferecem mensalidade para graduação com valores iguais ou inferiores a USD 300 sendo essa a menor taxa dentre os países analisados. Dependendo do curso escolhido, pode-se pagar entre USD 301 e USD 1.000 em um curso de especialização da Itália e de mestrado e/ou especialização na França (Vonbun; Mendonça, 2012). Por fim, os cursos de mestrado e bacharelado na Itália custam entre USD 2.001 e USD 5.000 (OECD, 2021).

3.4 Estrutura de financiamento:

Historicamente, há uma forte assimetria no financiamento das universidades japonesas onde as universidades nacionais concentram a maior parte dos subsídios públicos. O Japão é classificado junto com os Estados Unidos como um país cujo ensino superior depende principalmente de financiamento privado (Arum; Gamoran; Shavit, 2007; Johnstone; Marcucci, 2010; Vonbun; Mendonça, 2012). As universidades japonesas podem ser categorizadas com base em seus fundadores, são eles: Nação, autoridades locais e pessoas jurídicas, como mostra a Figura 4.

Figura 4 - Estrutura de financiamento de NUCs no Japão



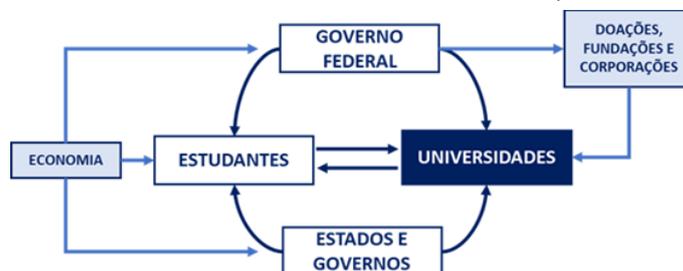
Fonte: Costa (2010) e Mizuta (2008).

Dessa forma são classificadas como Universidades Públicas Nacionais (NUCs), fundadas pelo governo central acompanhada das Universidades Públicas Locais (LPU) que são estabelecidas por governos provinciais e municipais. As fontes financeiras dos NUCs para despesas são compostas por subsídios operacionais (OGs) do governo central, as taxas/mensalidades de famílias/ alunos e um pequeno número de fontes diversas (os NUCs com escolas de medicina obtêm receita de seus hospitais). Os dispêndios com as universidades nacionais são controlados pelo governo, e os investimentos em instalações de ensino e pesquisa são financiados através de emissão de títulos do governo, aprovados pelo parlamento. O CNUFM (*Center for National University Finance and Management*) desempenha um papel importante no fornecimento de financiamento de capital para universidades, sendo orçamentado a partir do Programa de Empréstimo e Investimento Fiscal (FILP). A JASSO (*Japan Student Services Organization*) oferece Programas de Empréstimo com Bolsa de Estudos na forma de empréstimos da categoria 1 (sem juros) e da categoria 2 (com incidência de juros) para estudantes japoneses que estudam em todos os tipos de ensino superior. Existem ainda as receitas

geradas pela própria universidade que fazem parte do sistema de financiamento, tais como mensalidades (o governo estipula um valor padrão e um intervalo de referência em que cada universidade irá definir o valor de sua mensalidade), rendimentos dos hospitais e doações (Costa, 2010; Mizuta, 2008).

As Universidades Públicas Locais (LPU) são financiadas pelas autoridades locais competentes, com uma pequena contribuição do governo nacional. O governo nacional é responsável por grande parte do financiamento da educação superior pública, delegando ao Ministro da Educação a atribuição, a cada instituição, de um orçamento anual de acordo com critérios predeterminados (Mizuta, 2008). Nos EUA, o governo financia a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) com a justificativa de que para o cumprimento das políticas públicas e o crescimento de outras áreas, ele necessita da ciência e tecnologia, sendo que o orçamento para P&D depende dos recursos gerais do país (Parkes, 2016). Além disso, o governo federal tende a enfatizar uma separação do papel de supervisor do interesse público com o papel institucional da prestação de serviços (Costa, 2010). A estrutura de financiamento do ensino superior pode ser vista na Figura 5.

Figura 5 — Estrutura de financiamento do ensino superior nos Estados Unidos



Fonte: Adaptado de Costa (2010).

Ainda que as instituições da Inglaterra sejam independentes, normalmente contam com verbas regulares do Estado (Figura 6). Em contrapartida, entre outras regulações, além disso conta com matrículas e mensalidades controladas (Vonbun; Mendonça, 2012).

Figura 6 — Estrutura de financiamento do ensino superior na Inglaterra

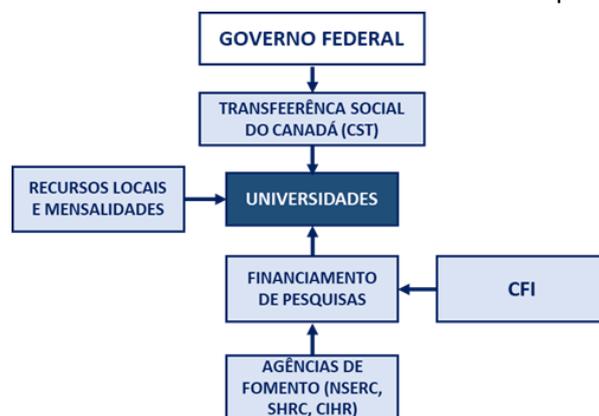


Fonte: Adaptado de Costa (2010).

O governo federal apoia o ensino superior por meio da Transferência Social do Canadá (CST), que é responsável por direcionar o financiamento das universidades. Esse apoio também acontece indiretamente através de programas e conselhos de fomento à pesquisa, são eles: o Conselho de

Pesquisa em Ciências Naturais e Engenharia (NSERC), Conselho de Pesquisa Humanas e Ciências Sociais (SHRC) e os Institutos Canadenses de Pesquisa em Saúde (CIHR). O fundo de pesquisa da *Canada Foundation for Innovation* (CFI) foi estabelecido em 1997 como um veículo para financiar a construção e operação de projetos de infraestrutura de pesquisa no Canadá. Como os custos indiretos associados a bolsas de pesquisa não são totalmente contemplados pelas verbas, o restante precisa ser financiado por outras fontes, e essas geralmente são recursos provinciais e mensalidades (Figura 7) (Jongbloed, 2009).

Figura 7 — Estrutura de financiamento do ensino superior no Canadá



Fonte: Jongbloed (2009).

Assim como no Canadá, a principal fonte de financiamento das instituições de ensino superior na Itália, advém do Estado (Figura 8), onde, tradicionalmente, os valores recebidos no ano anterior, são a base para o cálculo das próximas dotações orçamentárias de cada universidade. O Estado, no âmbito dos fundos previstos pelo Orçamento do Estado, distribui as finanças entre as universidades de forma individual. As estruturas estaduais responsáveis por essa distribuição são o Fundo de Financiamento Ordinário das Universidades (FFO) e a Fundação de Planejamento de Desenvolvimento do Sistema Universitário. As universidades também são custeadas por contribuições obrigatórias dos alunos, dentro dos limites estabelecidos pela regulamentação vigente, e por fontes adicionais tradicionais de financiamento (Martino; Tkach; Kovalenko 2020).

Figura 8 - Estrutura de financiamento do ensino superior na Itália



Fonte: Fadda *et al.* (2022); Martino, Tkach e Kovalenko (2020).

Na Itália utiliza-se uma fórmula de financiamento que considera as condições econômicas e sociais das áreas onde as universidades estão situadas, de forma a atribuir recursos mais substanciais às instituições de ensino superior que matriculam estudantes provenientes de meios sociais mais desfavorecidos, e atende também ao fato de uma determinada instituição ter sido criada muito recentemente (Eurydice, 2021).

Assim como a Itália, a França utiliza uma fórmula para a alocação de recursos humanos e financeiros, nesse caso, nomeada de “modelo SANREMO” (*Système Analytique Réparations de Moyens*), onde o número de estudantes matriculados é a base de cálculo e as instituições são classificadas em uma grade que serve como ponderação. Essas instituições são financiadas indiretamente por outras fontes governamentais, autarquias e esquemas de apoio estudantil (mensalidades e financiamento de pesquisas) (Costa, 2010). A distribuição dos subsídios estatais para universidades é de responsabilidade do Ministério do Ensino Superior e Investigação Científica, que segue a pré-aprovação do Serviço Financeiro Especial. Para regulamentar essa distribuição, existem normas que contemplam três áreas de atuação: funcionamento da instituição, infraestrutura e processo educacional. O valor do subsídio é determinado após uma análise minuciosa dos parâmetros quantitativos que definem a escala de atividade de cada universidade individualmente, como mencionado por Tkach, Filippov e Chistokhvalov (2008). A Figura 9 apresenta a estrutura de financiamento do ensino superior na França.

Figura 9 — Estrutura de financiamento do ensino superior na França

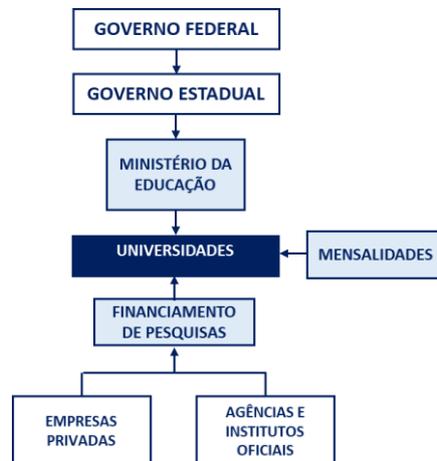


Fonte: Adaptado de Costa (2010)

Martino, Tkach e Kovalenko (2020) afirmam que na França o orçamento é alocado de acordo com um contrato executivo, ou seja, contratos apropriados para o cumprimento de objetivos estratégicos são celebrados entre o órgão financiador e a organização educacional. Já na Alemanha o orçamento é alocado conforme acordado com o órgão financiador, sem a necessidade de um contrato. Este mecanismo é utilizado pelos países que não aplicam uma “fórmula de financiamento”. O sistema alemão é baseado em universidades estatais, que respondem aos governos estaduais, mas que contam com verbas estaduais e federais onde a supervisão e o controle de qualidade das instituições de ensino superior são de responsabilidade dos estados (Figura 10). Os estatutos das universidades são

aprovados internamente, mas precisam da aprovação do Ministério da Educação e Ciência, ou dos órgãos responsáveis do estado de origem (Vonbun; Mendonça, 2012).

Figura 10 - Estrutura de financiamento do ensino superior na Alemanha



Fonte: Vonbun (2012); Kaulich e Huisman (2007).

Uma parte do orçamento das universidades advém da pesquisa, onde os recursos de pesquisa são obtidos junto a agências, institutos oficiais e empresas privadas. Além de financiarem as pesquisas, essas empresas também o fazem de forma competitiva. Assim, cria-se uma saudável competição entre as universidades – e com institutos de pesquisa, privados ou públicos – pelas verbas, o que contribui para a manutenção de um bom patamar de qualidade (Kaulich; Huisman, 2007; Gobbels-Dreyling; Rockmann, 2013). A parcela de recursos do orçamento federal não é superior a 7% (essa parcela não inclui dotações federais destinadas a financiar pesquisas nacionais e outros programas direcionados - 10%). Os fundos disponibilizados a partir dos seus orçamentos cobrem os custos de pessoal, operações cotidianas e infraestruturas (De Boer *et al.*, 2015). O estado é responsável pela governança, supervisão e controle de qualidade das instituições de ensino superior, apesar disso, o governo federal dá as diretrizes básicas da educação e contribui com verbas. Nesse sentido, os estatutos das universidades são aprovados internamente, mas precisam ser aprovados pelo Ministério da Educação e Ciência, ou pelos órgãos responsáveis do estado onde se localizam (Vonbun; Mendonça, 2012).

3.5 Agrupamento de características semelhantes

No que diz respeito ao sistema educacional dos países analisados, foi possível notar que alguns países apresentam foco na profissionalização do aluno (EUA, Canadá, Japão) e outros dão mais importância a vocação do aluno, então apresentam opções preparatórias para o ensino superior e mais personalizadas para a vocação, são eles: Reino Unido, Itália, França, Alemanha. Alemanha, França e Canadá foram agrupadas por apresentarem maiores gastos com ensino superior, sendo esses superiores a 1% do PIB destes países. Já EUA, Reino Unido, Itália e Japão gastaram menos de 1% do PIB e apresentaram custos anuais com mensalidades superiores a USD 5.001. Alemanha e Itália, por apresentarem um maior investimento no ensino superior, cobram mensalidades amenas, não

superiores a USD 5.000 anuais. Amaral (2008), definiu quatro mecanismos de financiamento de universidades, são eles: Financiamento incremental, onde os recursos alocados em um ano baseiam-se simplesmente no subsídio de recursos do ano anterior; Financiamento contratual, estabelecido entre a instituição e o Estado por um acordo através do qual a Instituição de Ensino Superior compromete-se a realizar determinadas metas; Financiamento por subsídios às mensalidades dos estudantes; Financiamento por fórmulas, onde são estabelecidos indicadores institucionais e a alocação de recursos é realizada por meio da utilização desses indicadores. O Quadro 1 apresenta um resumo das características semelhantes e o agrupamento dos respectivos países.

Quadro 1 — Agrupamento de características semelhantes

CARACTERÍSTICAS	SEMELHANÇAS	PAÍSES
1. Sistema educacional	Sistema educacional focado na profissionalização	EUA, Canadá, Japão
	Sistema educacional focado na vocação	Reino Unido, Itália, França, Alemanha
2. Gastos com ensino superior	Gastos com ensino superior maiores que 1% do PIB	Alemanha, França, Canadá
	Gastos com ensino superior menores que 1% do PIB	EUA, Reino Unido, Itália, Japão
3. Custo do ensino superior para estudantes	Taxas anuais superiores a USD 5.001	EUA, Japão, Canadá, Reino Unido
	Mensalidades anuais inferiores a USD 5.000	Alemanha, França, Itália
4. Estrutura de financiamento	Financiamento incremental	Canadá, Itália
	Financiamento por fórmulas	Inglaterra, França
	Financiamento contratual	Alemanha, EUA
	Financiamento por subsídios às mensalidades dos estudantes	Japão, EUA, Canadá

Fonte: Elaboração própria (2024).

Para a OECD (2021), embora as distribuições de recursos baseadas em fórmulas sejam o método mais comum de alocação de financiamento, a concessão negociada (equivalente ao financiamento por contrato) e a alocação histórica (equivalente ao financiamento incremental) continuam sendo mecanismos importantes em alguns países. Como visto no Quadro 1, alguns países apresentam mais de um mecanismo para financiar as universidades, é o caso dos EUA que apresentam grande representatividade de subsídios de mensalidades assim como do Estado. O Canadá é representado tanto pelo financiamento incremental quanto pelas mensalidades estudantis. Apesar de alguns países terem sido agrupados por meio de características semelhantes nas análises realizadas no presente estudo, nota-se que o ensino superior em cada país tem suas especificidades, por este motivo comparações entre esses devem levar em consideração a unicidade de cada sistema. Esse resultado corrobora com estudos da literatura que defendem a importância de contextualizar as análises comparativas para evitar simplificações excessivas, além da necessidade de abordar a complexidade e

a diversidade dos sistemas educacionais em pesquisas comparativas. Phillips (2003) reforça esse pensamento e afirma que deve haver esse cuidado nos sistemas educacionais devido a fortes influências por fatores culturais e históricos de cada país e instituição (Mcarthur; Thompson; Sellar, 2020; Martínez; Dominguez, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi idealizado devido à crescente preocupação com o financiamento da educação superior e sua relação com a autonomia institucional, além da dificuldade de gestão dos recursos das Universidades Federais (UFs). Reconhecendo a importância das universidades para a educação superior e o desenvolvimento social do país, o trabalho visou entender como diferentes países abordam o financiamento do ensino superior. Para alcançar essa compreensão, dois objetivos específicos foram definidos: (1) Identificar os modelos estruturados de financiamento utilizados internacionalmente e (2) Agrupar as características semelhantes dos tipos de financiamento empregados em diferentes países para verificar as relações entre as variáveis encontradas. A pesquisa envolveu uma busca sistemática da literatura para identificar o conteúdo científico relacionado ao tema. Os resultados mostraram que cada país possui particularidades em seu sistema de ensino superior, o que torna essencial considerar essas singularidades ao fazer comparações. Além disso, foi constatada uma escassez de publicações sobre o tema e um atraso do Brasil em relação ao engajamento científico nessa área, destacando a necessidade e a importância de novas pesquisas sobre o financiamento do ensino superior no país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R; MARICATO, J. **Literatura sobre indicadores de inovação em universidades**: um estudo bibliométrico na base de dados Scopus. 2019.
- AMARAL, N. C. Autonomia e Financiamento das IFES: Desafios e Ações. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.
- ARUM, R; GAMORAN, A; SHAVIT, Y. Expansion, differentiation, and market structure in higher education. In: SHAVIT, Y.; ARUM, R.; GAMORAN, A. (ed.). **Stratification in higher education: A comparative study**. California: Stanford University Press, 2007. p. 1-35.
- BAIDAK, N; SICURELLA, A; MATTI RIIHELAINEN, J. **The Structure of the European Education Systems, 2020/21**: Schematic Diagrams. Eurydice--Facts and Figures. Education, Audiovisual and Culture Executive Agency. Luxemburgo: European Commission, 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão Plenária n. 408**. Relatório Consolidado de Auditoria Operacional. Brasília: TCU, 2002.

BILDUNGSBERICHTERSTATTUNG, A. **Bildung in Deutschland 2016**: ein indikatorengestützter Bericht mit einer Analyse zu Bildung und Migration. W. Bertelsmann: Verlag, 2016.

CHEUNG, B. Higher education financing policy: Mechanisms and effects. **Essays in Education**, v. 5, n. 1, artigo 4, 2003.

CRUZ, R; JACOMINI, M. Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010. Brasília, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, 2017.

COSTA, E. M. **Financiamento, alocação de recursos e eficiência das Instituições federais de ensino superior-IFES**. 2010. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

COUNCIL, **Canadian Education Statistics**. Report of the Pan-Canadian Education Indicators Program, appendix 1. Ontario, Canada: Statistics Canada, 2007.

COLOMBO, S; RODRIGUES, G. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Penso Editora, 2011.

CROSSAN, M. M.; APAYDIN, M. A multi-dimensional framework of organizational innovation: a systematic review of the literature. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, 2010.

DE BOER, H. *et al.* **Performance-based funding and performance agreements in fourteen higher education systems**. Enschede: University of Twente, 2015.

EURYDICE. **Integrating asylum seekers and refugees into higher education in Europe**: National policies and measures. Belgium: Publications Office of the European Union, 2021.

FADDA, N. *et al.* The effect of performance-oriented funding in higher education: evidence from the staff recruitment budget in Italian higher education. **Higher Education: The International Journal of Higher Education Research**, v. 83, n. 5, p. 1003-1019, 2022.

GOBBELS-DREYLING, B; ROCKMANN, H. Development of University Autonomy and Higher Education Funding Structures in the Federal Republic of Germany. *In*: WOZNICK, J. (org.). **Financing and deregulation in higher education**. Warsaw, Institute of Knowledge Society, 2013. p. 42-48.

GADRICHIZE, T. Higher education funding strategies: towards equity, efficiency, and quality. **European Scientific Journal**, ESJ, v. 18, p. 19-20, 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2019**. Brasília, DF: INEP. 2020.

JONGBLOED, B. Higher education funding systems: An overview covering five European jurisdictions and the Canadian province of Ontario. Enschede: CHEPS, 2009.

JOHNSTONE, D; MARCUCCI, P. **Financing higher education worldwide**: Who pays? Who should pay? Baltimore: Jhu Press, 2010.

KAULICH, M; HUISMAN, J. **Higher education in Germany**: cheps country report. Enschede: Universiteit Twente, 2007.

KHURRAMOV, J. Financial planning in higher education: a view from international practice. **Economic Development and Analysis**, v. 2, n. 10, p. 281-285, 2024.

KRIPKA, R; SCHELLER, M; BONOTTO, D. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73. 2015.

MEXT. Japan Ministry of Science, Education, and Technology. Daigaku kyounin no fukuruti dibeloppimento nitsuite. About University teaching staff faculty development. Japan: Ministry of Science, Education and Technology, 2019.

MA, J. *et al.* **Trends in university prices in 2017**. New York: The College Board, 2017.

MARLOW, R. **World Education Encyclopedia: A Survey of Educational Systems Worldwide**. Farmington Hills : Mi. : Gale Group, 2002.

MARTÍNEZ, A; DOMINGUEZ, C. Reconsidering the Comparative Approach in Higher Education Research. *In*: TEIXEIRA, P.; SHIN, J.; ZHA, Q. (ed.). **Encyclopedia of International Higher Education Systems and Institutions**. New York: Springer International Publishing, 2018. p. 1-11.

MARTINO, M; TKACH, G; KOVALENKO, S. Modern Trends in Public Funding of Higher Education. Vyssee Obrazovanie v Rossii. **Higher Education in Russia**, v. 29, n. 3, p. 136-152. 2020.

MCARTHUR, J; THOMPSON, G; SELLAR, S. Globalization, education policy and comparative research: discourses of change and the problem of context. Globalization, **Societies and Education**, v. 18, n. 2, p. 186-202, 2020.

MILLER, D; WARREN, L. **Comparative Indicators of Education in the United States and Other G-8 Countries**: 2011. NCES 2012-007. National Center for Education Statistics, 2011.

MIZUTA, K. Public Funding Schemes for the Higher Education Sector in Japan. 2008. Disponível em: <https://www.niad.ac.jp/media/001/201802/nk001003.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

OECD. Organization for Economic Co-operation and Development. **The state of global education - 18 months into the pandemic**. Paris: OECD Publishing, 2021.

OUCHI, H. *et al.* Joint case argument identification for Japanese predicate argument structure analysis. *In*: INTERNATIONAL JOINT CONFERENCE ON NATURAL LANGUAGE PROCESSING, 7., 2015, Beijing, China. **Proceedings** [...]. Beijing, China: ACL-IJCNLP, 2015. p. 961-970.

PARKES, K; DANIEL, R. Professional development for applied studio pedagogues: Experiences and reflections from current higher education practitioners. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC EDUCATION WORLD CONFERENCE ON MUSIC EDUCATION, Glasgow, UK, 2016. **Proceedings** [...]. Glasgow, UK: James Cook University, 2016. P. 254-262.

PHILLIPS, D. **Comparative Education: The Dialectic of the Global and the Local**. Lanham, U.S.A.: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

SNYDER, T. **Mini-Digest of Education Statistics (NCES Number 2021009)**. Washington, DC: National Center for Education Statistics, Institute of Education Sciences, U.S., 2019.

STEPHENS, M; WARREN, L; HARNER, A. **Comparative Indicators of Education in the United States and Other G-20 Countries**: 2015. NCES 2016-100. U.S.A.: National Center for Education Statistics, 2015.

TKACH, G; FILIPPOV, V; CHISTOKHVALOV, V. **Tendentsii razvitiya i reformy obrazovaniya v mire: Ucheb. posobie.** Trends in Education Development and Reform in the World. Training Manual. Moscow: RUDN Univ. 2008.

TRANFIELD, D; DENYER, D; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British journal of management**, v. 14, n. 3, p. 207-222. 2003.

VIEIRA, A *et al.* Financiamento e Equidade no Ensino Superior. [s.l.]: D3E, 2017.

VONBUN, C; MENDONÇA, J. L. **Educação superior uma comparação internacional e suas lições para o Brasil:** texto para discussão. São Paulo: IPEA, 2012.